

A SITUAÇÃO SOCIAL DO BRASIL NOS ANOS 80

*Salvatore Santagada**

Os analistas econômicos da conjuntura brasileira consideram os anos 80 como a "década perdida" em termos de crescimento. A área social sofreu diretamente os reflexos do comportamento negativo da economia nacional; acrescente-se a esse quadro a herança de desigualdades sociais do "milagre econômico brasileiro" (1968-73) e do modelo de desenvolvimento econômico posto em prática nos últimos 25 anos, e ter-se-á a dimensão exata do que se convencionou chamar de dívida social. O resgate dessa dívida tem hoje um instrumento normativo assentado na nova Constituição Federal (05.10.88), além da oportunidade de escolha direta do Presidente da República, envolvendo 82 milhões de eleitores, o que poderá dar prioridade ao desenvolvimento econômico conjugado com a necessária e urgente equidade social. É preciso incorporar ao estatuto da cidadania a maioria do povo brasileiro que não teve, até o presente momento, assegurado o direito à alimentação, ao emprego, à saúde, à educação e à moradia.

No Brasil, conforme Almeida (1989), o sistema de proteção social — seguridade, assistência à saúde, etc. — possui um perfil formalmente semelhante ao dos países capitalistas, onde se implantou o Estado do bem-estar. Para J.K. Galbraith, a legislação social teve um efeito civilizador para as economias avançadas do mundo ocidental; sem ela, o capitalismo não teria sobrevivido (Schvatz, 1988). No caso brasileiro, houve dinamismo econômico, mas sem assegurar os direitos básicos à maioria da população. As instituições políticas ditas sociais pouco ou quase nada contribuíram para a melhoria da qualidade de vida.

Oliveira (1985) diz que no Brasil ocorreu uma regulação keynesiana sem direitos sociais, forma distinta daquela verificada nos países avançados. O autor identifica o Brasil como o "Estado do Mal-Estar", onde existe crescimento econômico sem uma contrapartida a nível de participação e dos benefícios sociais.

A partir desse cenário, o presente texto analisará a situação social do País na década de 80, em duas etapas: a primeira investiga a gênese da dívida social na época do crescimento acelerado dos anos 70 e o impacto social das políticas de ajustes dos anos 80; a segunda examina a

* Sociólogo da FEE.

situação social da oitava economia do mundo ocidental, através da aferição do desempenho de alguns indicadores sociais universalmente aceitos, tais como saúde, nutrição, educação, renda, entre outros.

Da gênese à consolidação da dívida social

O dinamismo econômico da passagem da década de 60 para a década de 70 teve como característica a exclusão social e política da maioria da população, em especial dos trabalhadores. A Tabela 1 mostra o crescimento da indústria de transformação na década de 70 (9%), o que reflete o incremento da indústria em geral no período. Por outro lado, a taxa de investimento alcançou 22,8%, o PIB, 8,6%, e o PIB "per capita", 6,1%.

Tabela 1

Taxas médias de crescimento da indústria de transformação, do PIB, do PIB "per capita" e taxa de investimento no Brasil — 1970 e 1980

PERÍODOS	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	INVESTIMENTO (1)	PIB	PIB "PER CAPITA"
Década de 70	9,0	22,8	8,6	6,1
Década de 80	1,5	17,6	3,0	0,8

(%)

FONTE: A ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS PERSPECTIVAS (1989). Rio de Janeiro, APEC, v.28. p.22.

(1) A preços de 1980.

Dadas suas características de crescimento econômico, o período de 1968 a 1973 (taxas anuais acima de 11%) foi denominado, no Brasil, de "milagre econômico". O regime militar soube aproveitar a conjuntura internacional favorável à aplicação de grandes somas de recursos em forma de investimentos diretos e de empréstimos bancários.

A estratégia do crescimento com endividamento trouxe resultados favoráveis: modernização do parque industrial, com introdução de novos métodos de administração e novas tecnologias; estímulo à modernização do setor agrícola — equipamentos mecânicos —, produzindo matérias-primas e alimentos para a indústria nacional e para exportação; consolidação do mercado de trabalho urbano — os setores que mais absorveram mão-de-obra foram a indústria, o comércio e os serviços.

A estratificação social no País tornou-se mais complexa. A classe média alta (gerentes, profissionais liberais, médios empresários) foi privilegiada nesse período e pôde desfrutar, em parte, dos benefícios do crescimento econômico. Ela foi o escoadouro natural da produção industrial de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc). Em contrapartida, a maioria dos trabalhadores assalariados foi prejudicada por uma política de arrocho salarial; a massa salarial, que participava com 40% do PIB em 1970, caiu para 37% no final da mesma década, enquanto a produção industrial cresceu a uma taxa média anual de 9,0% no mesmo período.

As mudanças no campo acarretaram um crescente êxodo rural, devido à concentração da propriedade e à expulsão do trabalhador, ou à perda da terra (pequenos proprietários, posseiros, etc.), ou à ausência de trabalho (assalariados rurais). Com a política econômica recessiva de 1981 a 1983, o setor dinâmico da economia (a indústria de transformação) diminuiu seu ritmo de crescimento; o País começou a empobrecer como um todo, e os vários grupos sociais que compõem a sociedade tiveram uma queda significativa na sua renda.

Os anos 80 trouxeram consigo mudanças significativas de ordem econômica, política, social e também demográfica. Em 1970, 56% da população brasileira residia nas cidades, em 1980 esse índice já chegava a 67,6%.

O País rico, com sua sociedade pobre, entra na década de 80 submerso em uma crise econômica e social sem precedentes. Conforme a Tabela 1, os indicadores macroeconômicos da década de 80 revelam uma desaceleração brutal. A taxa média anual de crescimento da indústria de transformação foi de apenas 1,5%. Os investimentos despencaram para um patamar de 17,6%, enquanto o PIB cresceu somente 3%. A taxa média de crescimento do PIB "per capita" foi irrisória: os 0,8% demonstram o empobrecimento da população.

Enquanto no Brasil tem-se a "década perdida", observa-se que na conjuntura internacional houve mudanças. Os recursos externos, que até 1982 fluíam com facilidade para serem aplicados no Brasil e na América Latina, agora sinalizam de forma inversa. Estas últimas economias passaram, então, a partir de 1982, a ser exportadoras líquidas de capitais; a dívida externa dos países latino-americanos tornou-se um fardo pesado para suas economias, e as políticas de ajustamento impostas pelos credores penalizaram ainda mais sua população pobre. Conforme a ONU (1989a, p.13), a América Latina transferiu, somente em 1988, US\$ 28,7 bilhões para fora da região. O Brasil, entre 1979 e 1987, pagou US\$ 82,5 bilhões de juros aos credores externos, pagamento esse que representou o equivalente a 28.512.000 salários mínimos (Arruda, 1988).

A repercussão da crise econômica na área social

O "milagre econômico" brasileiro começou a ser freado com os efeitos da recessão mundial de meados da década de 70. O endividamento externo teve o seguinte comportamento: a dívida externa bruta passou de US\$ 12 bilhões para US\$ 64 bilhões entre 1973 e 1980, e o pagamento de juros para os anos referidos foi de US\$ 500 milhões e US\$ 6 bilhões respectivamente. Muito contribuiu para esse comportamento o aumento dos preços do petróleo (1973 e 1979) e das taxas de juros (Teixeira & Totini, 1989).

Como herança dos anos 70, tem-se: maior endividamento externo; avanço do capital multinacional no País; maior desigualdade social — piora na distribuição de renda e concentração da propriedade rural; descontrole da inflação; e queda dos investimentos. É essa herança que irá marcar a economia brasileira ao longo dos anos 80. Como exemplo, considere-se a dívida externa total do Brasil, que, em 1988, alcançou a cifra de US\$ 114,6 bilhões, representando quase um terço do total da dívida latino-americana — US\$ 401,5 bilhões (ONU, 1989a, p.25).

As informações a seguir denotam, em sua análise, como se agravou a dívida social¹, processo no qual a má distribuição de renda e a concentração da propriedade assumem posições de destaque.

A renda "per capita" brasileira manteve-se praticamente inalterada na década de 80, oscilando em torno de US\$ 2.200. Entretanto o salário mínimo real deteriorou-se, perdendo o seu valor de compra (Tabela 2). A conjuntura inflacionária muito contribuiu nessa direção; no ano passado, os preços ao consumidor chegaram a 933,6%, e, já em 1989, o acumulado de janeiro a novembro era de 1.114,5%. Conforme Nakano (1989),

"(...) a convivência da economia com a inflação altíssima não é motivo para alegria. É verdade que existem setores que realizam enormes ganhos a custo de uma grande inflação, mas o custo social é imensurável, e o imposto inflacionário recai principalmente em cima do assalariado de baixa renda".

¹ O Economista argentino Victor Tokman, Diretor do Programa Mundial de Emprego das Nações Unidas, afirmou que: "A dívida social (...) é um fenômeno histórico na América Latina, mas se agravou a partir de 1982 porque, obviamente, houve um ajuste recessivo, que, no fundo, significa que todos os países estão mais pobres. No interior dos países (...) os setores que dependem das rendas de capital mantiveram seus níveis de consumo, enquanto que os trabalhadores sofreram o aumento da taxa de desemprego e da economia informal e uma queda crescente nos salários reais" (Gonzalez, 1988, p.10).

Tabela 2

Evolução do salário mínimo real urbano no Brasil — 1980-88

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (1)
Índices médios anuais (2)	100,0	104,4	104,9	93,0	86,0	88,8	87,1	71,2	(3)67,1
Variação per- centual (4)	2,6	4,4	0,5	-11,3	-7,5	3,3	-1,9	-18,3	-7,4

FORNTE: ONU (1989). **La dinamica del deterioro social en America Latina y el Caribe en los años ochenta.** San José/Costa Rica. p.32.

NOTA: Salário mínimo para a Cidade do Rio de Janeiro, deflacionado pelo IPC correspondente.

(1) Cifras preliminares. (2) Base: 1980=100. (3) A média é referente ao período de janeiro a outubro. (4) Em relação a igual período do ano anterior.

Da população economicamente ocupada no País, em 1984, 61,2% recebiam até dois salários mínimos. Esse contingente de pessoas e 35,4% das famílias com domicílio permanente foram apontados pelo Cientista Social Hélio Jaguaribe (Jaguaribe et alii, 1986, p.64) como pertencentes à parcela da população inserida na linha de pobreza. Em 1988, 52,8% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil auferia até dois salários mínimos (FSP, 2.11.89, p.c-10). No Rio Grande do Sul, em 1987, 1,8 milhão de pessoas — 43,37% das pessoas ocupadas — estavam inseridas na mesma faixa de rendimentos (Res. Estat. RS, 1989, p.12).

O Governo Federal, com base no diagnóstico de Hélio Jaguaribe e sua equipe, propôs, há dois anos atrás, um Plano de Ação Governamental (PAG) 1987/1991 no campo econômico-social. Com relação a esse, constava um "mutirão contra a pobreza", visando beneficiar diretamente cerca de 73 milhões de pessoas carentes. Entre os diversos objetivos identificados, pretendiam-se a duplicação do poder aquisitivo do salário mínimo e a suplementação alimentar para 60 milhões de brasileiros.

Um estudo da ONU (1985) sobre pobreza² na América Latina, abrangendo 10 países, aponta que o número de pessoas pobres em 1970 era de 112

² Define-se a pobreza a partir de linhas de pobreza — equivalente à renda que é necessária destinar à rubrica alimentação com montante equivalente ao custo dessa cesta de alimentos —, ou seja, todas aquelas pessoas cuja renda familiar por pessoa é inferior à linha de pobreza são consideradas pobres (ONU, 1985, p.143).

milhões, sendo que as projeções para os anos de 1980 e 2000 estimavam 130 milhões e 170 milhões respectivamente. Em números relativos, representam 40%, 35% e 30% do total populacional dos anos em estudo (Tabela 3). Tomando como referencial o contingente urbano, significa 42% de pobres em 1970 e 49% em 1980. Um outro estudo da ONU (ZH, 12.9.89, p.17) sobre a pobreza na região entre 1970 e 1985 mostra o deslocamento mais acentuado para as cidades. O total de pobres passou de 116 milhões para 146 milhões no período investigado. Os pobres urbanos, de 41 milhões (35,4%), passaram para 89 milhões (61%). A crise econômica que se abateu sobre a região, conforme a ONU, reverteu a tendência favorável à redução da pobreza nos anos que a precederam. A crise econômica intensificou as tensões sociais; as causas são tanto de ordem externa como doméstica. Quanto aos fatores externos à região, o estudo menciona as variações de termos de troca, desfavoráveis para os países em desenvolvimento; a transferência líquida de recursos dos países endividados aos credores; e as taxas de juros. A crise também afetou os níveis salariais e de emprego nas regiões urbanas da América Latina.

Tabela 3

Número e distribuição percentual da pobreza em alguns países da América Latina — 1970, 1980 e 2000

PAÍSES	NÚMERO DE PESSOAS (milhões)			PORCENTAGENS DA POPULAÇÃO		
	1970	1980	2000	1970	1980	2000
Argentina	1,9	2,2	2,3	8	8	7
Brasil	46,7	52,6	65,6	49	43	35
Colômbia	9,4	11,1	15,6	45	43	41
Costa Rica	0,4	0,5	0,7	24	22	19
Chile	1,6	1,8	2,1	17	16	14
Honduras	1,7	2,4	4,5	65	64	64
México	17,4	20,2	24,3	34	29	21
Panamá	0,6	0,7	0,9	39	37	32
Peru	6,7	8,6	14,7	50	49	48
Venezuela	2,8	3,7	6,3	25	24	23
Total da América Latina	112	130	170	40	35	30

FORTE: ONU (1985). **La pobreza en América Latina:** dimensiones y políticas. Santiago de Chile. p.45 (Estudios e Informes de la CEPAL).

Já em 1970, um dos anos do "milagre econômico", a pobreza no Brasil era bastante significativa: 46,7 milhões de pessoas, perfazendo 49% da população. Em 1980, o contingente cresceu, em números absolutos, para 52,6 milhões de pessoas, que representavam 43% do total da população. Em valores relativos, o Brasil, neste último ano, dos 10 países pesquisados, é superado somente por Honduras e pelo Peru e iguala-se à Colômbia (Tabela 3).

A situação brasileira, em 1985, não apresentou melhoras com relação à pobreza; segundo Henriques e outros (Henriques et alii, 1989, p.8), "(...) 35% de todas as famílias e 41% de todos os indivíduos (53,2 milhões de brasileiros) viviam em condições de pobreza"³. A distribuição espacial da população pobre assumiu o seguinte contorno: 18% localizavam-se em áreas metropolitanas, 37% em áreas urbanas não metropolitanas e 45% em áreas rurais. Essas informações confirmam para o Brasil o deslocamento relativo de pobreza rural para o setor urbano, comportamento semelhante ao ocorrido no resto da América Latina.

A maior concentração da renda e da riqueza no Brasil confirma os níveis de pobreza por que passa o País. A Tabela 4 mostra como se dá a distribuição pessoal da renda. A concentração acentuou-se entre 1960 e 1985; os rendimentos da PEA, por exemplo, sofreram a seguinte distribuição: os 50% mais pobres, em 1960, detinham 17,4%, enquanto os 1% mais ricos participavam com 11,9%. Já em 1985, os 50% mais pobres diminuíram sua participação para 13%, ao passo que os 1% mais ricos superaram essa massa de trabalhadores pobres, pois retinham 14,4% do total dos rendimentos auferidos no ano. Aliado a esse movimento, o crescente processo inflacionário, como já foi ressaltado, deteriora ainda mais o poder de compra da população na presente década, o que afeta significativamente a qualidade de vida em todos os setores sociais.

Quanto à distribuição funcional da renda (entre o capital e o trabalho), o capital tem avançado em detrimento do trabalho. Com base nas informações de Casado (1989), em 1964 os trabalhadores detinham 60% da renda, e o capital, 40%. Ao longo dos anos, graças às políticas econômica e salarial, ocorreu uma inversão desses números. Em 1988, os trabalhadores ficaram com apenas 38% da renda, e o capital, com 62%. Nos países desenvolvidos, a participação do trabalho na renda oscilou entre 70 e 75%. O autor afirma que a economia brasileira está cada vez mais depen-

³ Define "(...) como condição de pobreza uma renda familiar 'per capita' de menos da metade do salário mínimo mensal (que resulta numa renda combinada de menos de duas vezes o mínimo para uma família média de quatro)" (Henriques et alii, 1989, p.8).

dente e atrelada a um número pequeno de grandes proprietários. Segundo ele, "(...) o PIB é três vezes maior que o de duas décadas atrás, mas é bem menor o número de proprietários do capital fixo existente. Apenas duas centenas de grupos empresariais têm o poder de direcionar os rumos de toda a economia" (Casado, 1989, p.1).

Tabela 4

População Economicamente Ativa e distribuição
da renda no Brasil — 1960-1985

	(%)				
DISCRIMINAÇÃO	1960	1970	1976	1980	1985
Os 50% mais pobres ..	17,4	14,9	13,5	12,6	13,0
Os 10% mais ricos ...	39,6	46,7	50,4	50,9	47,7
Os 5% mais ricos	28,3	34,1	37,9	37,9	34,2
Os 1% mais ricos	11,9	14,7	17,4	16,9	14,4

FONTE: TEIXEIRA, Francisco M. P. & TOTINI, Maira Elizabeth (1989). **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo, Ática. p.252.

A sociedade brasileira, por apresentar esses indicadores, está marcada pela exclusão de amplos contingentes da população. O modelo econômico do desenvolvimento não garante a reprodução da força de trabalho. A generalização do trabalho assalariado no campo e na cidade acentua as dificuldades de garantia da reprodução via mercado. A parcela da população que está fora dos mercados de trabalho e consumo vê multiplicados seus problemas de sobrevivência.

Parte significativa do povo brasileiro há muito deixou de ser trabalhador explorado e cidadão, muitos assumem hoje a condição de lumpen. Essas pessoas estão

"(...) fora das condições normais de vida e, como tal, inclui um universo específico de pessoas marginalizadas que, em se afastando dos padrões de convivência produtiva, em termos estritamente econômicos, fazem de sua miséria um obstáculo natural aos processos de socialização" (Jockyman, 1989, p.25).

Silva (1987) demonstra o surgimento do lumpem no Brasil. Para o autor, o processo de industrialização retardatário e a recente modernização agrícola levaram uma parcela da população rural a ser expulsa do campo nas últimas duas décadas, não conseguindo ser absorvida pelas atividades urbanas.

Diferente de um processo de proletarização do camponês, ocorrido no século passado, nos países industrializados, o autor afirma que

"(...) aqui no Brasil dos anos 60/70, acentuado ainda mais nos 80 com o 'fechamento da fronteira', está ocorrendo uma 'lumpenização' dos camponeses: não são mais sequer convertidos em proletários ou membros do exército de reserva como os bóias-frias. Ou permanecem como parte da superpopulação relativa no campo, como membros não-remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações ou são lançados nas zonas urbanas ao 'rebotalho da sociedade' — o lumpesinato — constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões" (Silva, 1987, p.28).

Em 1980, a população agrícola ocupada representava 28,8% do total da mão-de-obra, declinando ao patamar de 25,4% sete anos após (Tabela 5). As características oscilantes do crescimento econômico brasileiro (Tabela 6) nos anos 80, com períodos de recessão (1981-83), de retomada do crescimento (1984-86), de crescimento moderado (1987 e 1989) e de fraco desempenho (1988), repercutem diretamente nos salários e no emprego.

Tabela 5

População ocupada agrícola e não agrícola
no Brasil — 1980, 1983 e 1987

ANOS	POPULAÇÃO OCUPADA	SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA	
		Agrícola	Não Agrícola
1980	100	28,8	71,2
1983	100	27,1	72,9
1987	100	25,4	74,6

FONTE: ONU (1989). **La dinámica del deterioro social en América Latina y el Caribe en los años ochenta.** San José/Costa Rica. p.26.

Tabela 6

Variação percentual do PIB do Brasil e do
Rio Grande do Sul — 1980-89

ANOS	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
1980	9,3	10,0
1981	-4,4	-2,6
1982	0,6	3,6
1983	-3,5	2,1
1984	5,1	6,0
1985	8,3	3,2
1986	7,6	10,1
1987	3,5	1,0
1988	-0,3	-1,9
1989	(1)3,0	...

FONTE: IBGE.

FEE.

(1) Projeção do IBGE para 1989.

O índice de crescimento absoluto da PEA entre 1980 e 1987, como se observa na Tabela 7, aumentou 29%, enquanto o da população ocupada em grandes empresas privadas foi tão-somente de 2%; o setor informal urbano teve um crescimento destacado da ordem de 70%. Possivelmente, esse setor seja o responsável pela ocupação da mão-de-obra e do nível de emprego, pois o desemprego tem se mantido relativamente baixo nos últimos nove anos, nas seis principais áreas metropolitanas do País — Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife — (Tabela 8). A taxa anual de desemprego foi de 7,9% em 1981, em pleno ano de recessão econômica, e de 4,0% em 1988, quando a economia praticamente não se expandiu, mas garantiu o nível de ocupação.

Tabela 7

Índice de crescimento absoluto da População Economicamente Ativa
no Brasil — 1980 e 1987

ANOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR INFORMAL URBANO	POPULAÇÃO OCUPADA NAS EMPRESAS PRIVADAS GRANDES
1980	100	100	100
1987	129	170	102

FONTE: ONU (1989). **La dinámica del deterioro social en América Latina y el Caribe en los años ochenta.** San José/Costa Rica. p.9.

Tabela 8

Taxas anuais médias de desemprego urbano,
no Brasil — 1980-88

PAÍS	1980 (1)	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (2)
Brasil	6,2	7,9	6,3	6,7	7,1	5,3	3,6	3,7	4,0

FONTE: ONU (1989). **La dinámica del deterioro social en América Latina y el Caribe en los años ochenta.** San José/Costa Rica. p.24.

NOTA: Áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

(1) Média de junho a dezembro. (2) Média de janeiro a setembro.

As taxas de desemprego no Brasil não dão a visão exata daquilo que ocorre na realidade. Por definição, o desemprego aberto não mede todos os problemas em época de crise; pessoas que deixam de procurar emprego não constam nas pesquisas. O desemprego muitas vezes está disfarçado pelo subemprego: vendedores ambulantes, faxineiras, engraxates, ajudantes de todo tipo. A economia informal é quem dá guarida a esses trabalhadores, onde atuam sem carteira assinada. A maioria deles não tem garantia da legislação trabalhista, não participa de nenhuma organização sindical, não recolhem impostos e, quando tem alguma remuneração, em geral ela é muito baixa⁴.

⁴ Os trabalhadores autônomos (conta própria), que em parte estão inseridos no setor informal, segundo o IBGE, auferem uma remuneração baixa, pois 18% deles ganham, no mínimo, um salário mínimo, e outros 15,7% ganham de meio a um salário mínimo (FSP, 12.10.89, p.B-6).

A PEA no País é avaliada pelo IBGE em cerca de 61 milhões de pessoas (1988), e 40% dela é ligada ao mercado de trabalho da economia informal. A nível estadual, esse percentual se repete.

O comportamento dos salários durante a década de 80 sofreu as conseqüências dos ajustes praticados na economia. No Brasil, a evolução das remunerações médias reais teve um comportamento atrelado à política econômica, que, na conjuntura recessiva de 1981-83, levou ao corte dos investimentos públicos e, paralelamente, a uma contração dos salários, para que o País pudesse honrar seus compromissos com os credores externos, através da geração de saldos positivos da balança comercial. Em São Paulo, entretanto, onde a classe trabalhadora é uma das mais organizadas e combativas, os salários médios da indústria manufatureira mantiveram-se mais ou menos inalterados no período (Tabela 9), sendo que as principais mudanças ocorreram a partir do Plano Cruzado (1986).

Tabela 9

Evolução das remunerações médias reais no Rio de Janeiro e em São Paulo — 1980-88

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (1)
Índices médios anuais (2)									
Rio de Janeiro (3)	100,0	108,5	121,6	112,7	105,1	112,7	121,8	102,4	(4) 99,8
São Paulo (5)	100,0	104,7	107,2	94,0	97,7	120,4	150,7	143,2	(4) 147,5
Variação percentual (6) .									
Rio de Janeiro	5,2	8,5	12,1	-7,3	-6,7	7,2	8,1	-16,0	(7) -12,8
São Paulo	8,0	4,7	2,4	-12,3	4,1	23,0	25,2	-5,0	(7) 4,6

FONTE: ONU (1989). *La dinámica del deterioro social en América Latina y el Caribe en los años ochenta*. San José/Costa Rica. p.33.

(1) Cifras preliminares. (2) Base: 1980=100. (3) Salários médios da indústria de base, deflacionados pelo IPC do Rio de Janeiro. (4) A média é referente ao período de janeiro a maio. (5) Salários médios da indústria manufatureira no Estado de São Paulo, deflacionados pelo índice do Custo de Vida da mesma cidade. (6) Em relação a igual período do ano anterior. (7) A média é referente ao período de janeiro a setembro.

A pauperização de grandes contingentes de trabalhadores e o desemprego fizeram eclodir, no segundo semestre de 1983, no Rio de Janeiro e São Paulo, uma onda de saques a estabelecimentos comerciais (Nunes, 1986, p.33).

Além dessa forma de protesto social, ocorreu também um surto de invasões de terras urbanas que, além do Rio de Janeiro e São Paulo, atingiu João Pessoa, Vitória, Fortaleza, Salvador, Recife, Porto Alegre e Manaus (Nunes, 1986, p.33-4).

A população que já desde meados da década de 70 se organizava em associações de moradores, movimentos contra a carestia, mutirões e outros tipos de movimentos sociais para a melhoria das suas condições de vida, com o processo de abertura política, encontrou um canal de vazão de suas reivindicações. A partir de 1978, o setor sindical organizado tem, entre suas bandeiras de luta, a garantia do salário real dos trabalhadores. No regime autoritário, a média anual de greves entre 1973 e 1977 foi de apenas três (Retr. BR., 1984, p.213). Mais recentemente, entre 1985 e 1988, elas alcançaram uma média anual de 2.031 ocorrências, o que vem demonstrar a disposição de lutar contra as perdas salariais impostas aos trabalhadores (ZH, 28.4.89, p.3) pelos vários planos econômicos (Cruzado, Bresser e, recentemente, o Plano Verão). Conforme informações do IBGE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 1984 e 1988, o rendimento mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas teve o melhor desempenho durante o Plano Cruzado (1986). Entretanto esse ganho foi corroído nos dois anos seguintes. O IBGE constatou, também, que o salário médio da mulher representa, no Brasil, um pouco mais da metade daquele recebido pelo homem (FSP, 2.11.89, p.C-10).

Um outro fenômeno que evidencia as desigualdades sociais no País é a questão agrária, pois ela é a síntese dos problemas da agricultura e da urbanização recente. Os dados sobre a população demonstram como foi o fluxo da saída do homem rural para as pequenas, médias e grandes cidades brasileiras. A população brasileira, nos anos 50, era essencialmente rural. O panorama na década de 70 modificou-se, com 55,9% da população residindo nas cidades (Tabela 10). Os incentivos ao crescimento acelerado da indústria, as exportações e a modernização do campo para atender à demanda desse setor propiciam o aumento da produção, deixando intocável a estrutura fundiária. Em menos de 10 anos, a população urbana assumiu um percentual de 67,6%, e, neste final de década, três quartas partes (74,4%) das pessoas habitam as cidades. Segundo o IBGE, em 1985, as nove regiões metropolitanas do País concentravam um terço de toda a população brasileira. A Região Metropolitana de Porto Alegre, em 1989, detém 31,69% (2.797.060 habitantes) da população do Estado (8.826.900), com taxas de crescimento bem superiores à região não metropolitana.

Esses números por si só descortinam os vários problemas que as médias e grandes cidades brasileiras tiveram que enfrentar, pois o crescimento demográfico não teve nenhum planejamento prévio. Inserem-se aí as questões referentes a saneamento básico, moradia, transportes, segurança, abastecimento alimentar e favelização, entre outros. O impacto desses fluxos populacionais e o modelo de crescimento econômico posto em prática consolidam de forma indelével as desigualdades sociais.

O setor agrícola tem se voltado às exportações (soja, suco concentrado de laranja, cacau, etc.) enquanto "(...) a produção interna tem sido, nos anos recentes, extremamente ajustada à demanda daqueles que têm acesso ao alimento"⁵ (Ind. Econ. RS, 1988, nº2, p.29), conquanto existam 40 milhões de habitantes em subalimentação crônica. Essa situação não é nenhuma novidade, ela se acirra com a implantação e o predomínio do caráter oligopólico-industrial da economia. Nos primeiros anos da década de 70, em pleno auge da industrialização, e com a taxa de emprego aberto próxima de zero, 60% da população nacional apresentava algum grau de desnutrição (Müller, 1986, p.46).

Tabela 10

Comportamento da taxa de crescimento das populações urbana e rural do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1970, 1980 e 1989

a) 1970

DISCRIMINAÇÃO	VARIÁVEIS	URBANA	RURAL	TOTAL
Brasil	População (milhares de habitantes)	52 084,98	41 054,05	93 139,04
	Taxa de crescimento (%)	-	-	-
	Participação %	55,92	44,08	100,00
Rio Grande do Sul	População (milhares de habitantes)	3 553,01	3 111,89	6 664,89
	Taxa de crescimento (%)	-	-	-
	Participação %	53,31	46,64	100,00
	Participação em relação ao Brasil (%)	6,82	7,58	7,16
Região Metropolitana	População (milhares de habitantes)	1 408,47	122,78	1 531,26
	Taxa de crescimento (%)	-	-	-
	Participação %	91,98	8,02	100,00
	Participação em relação ao Rio Grande do Sul (%)	39,64	3,95	22,97
Região Não Metropolitana ...	População (milhares de habitantes)	2 144,53	2 989,10	5 133,63
	Taxa de crescimento (%)	-	-	-
	Participação %	41,77	58,23	100,00
	Participação em relação ao Rio Grande do Sul (%)	60,36	96,05	77,03

(continua)

⁵ Os consumidores de renda mais elevada consomem a maioria de todo o alimento produzido, enquanto o segmento populacional de baixa renda adquire uma parcela ínfima dos alimentos. (RS. Assemb. Legis. Comis. Esp. Recup. RS, 1986).

Tabela 10

Comportamento da taxa de crescimento das populações urbana e rural do Brasil
e do Rio Grande do Sul — 1970, 1980 e 1989

b) 1980

DISCRIMINAÇÃO	VARIÁVEIS	URBANA	RURAL	TOTAL
Brasil	População (milhares de habitantes)	80 436,41	38 566,30	11 900,27
	Taxa de crescimento (%)	4,44	-0,62	2,48
	Participação %	67,59	32,41	100,00
Rio Grande do Sul	População (milhares de habitantes)	5 250,94	2 522,90	7 773,84
	Taxa de crescimento (%)	3,98	-2,08	1,55
	Participação %	67,55	32,45	100,00
Região Metropolitana	População (milhares de habitantes)	2 148,08	83,31	2 231,39
	Taxa de crescimento (%)	4,31	-3,80	3,84
	Participação %	96,27	3,73	100,00
Região Não Metropolitana ...	População (milhares de habitantes)	40,91	3,30	28,70
	Taxa de crescimento (%)	3,76	-2,01	0,77
	Participação %	55,98	44,02	100,00
Região Não Metropolitana ...	População (milhares de habitantes)	3 102,86	2 439,58	5 542,45
	Taxa de crescimento (%)	3,76	-2,01	0,77
	Participação %	55,98	44,02	100,00
Região Não Metropolitana ...	População (milhares de habitantes)	59,09	96,70	71,30
	Taxa de crescimento (%)	3,76	-2,01	0,77
	Participação %	55,98	44,02	100,00

c) 1989

DISCRIMINAÇÃO	VARIÁVEIS	URBANA	RURAL	TOTAL
Brasil	População (milhares de habitantes)	109 696,80	37 707,50	147 404,30
	Taxa de crescimento (%)	3,51	-0,25	2,41
	Participação %	74,42	25,58	100,00
Rio Grande do Sul	População (milhares de habitantes)	6 142,75	2 684,22	8 826,97
	Taxa de crescimento (%)	1,76	0,69	1,42
	Participação %	69,59	30,41	100,00
Região Metropolitana	População (milhares de habitantes)	5,60	7,12	5,99
	Taxa de crescimento (%)	2,61	0,78	2,54
	Participação %	96,81	3,19	100,00
Região Não Metropolitana ...	População (milhares de habitantes)	44,08	3,33	31,69
	Taxa de crescimento (%)	2,61	0,78	2,54
	Participação %	96,81	3,19	100,00
Região Não Metropolitana ...	População (milhares de habitantes)	3 435,05	2 594,85	6 029,91
	Taxa de crescimento (%)	1,14	0,69	0,94
	Participação %	56,97	43,03	100,00
Região Não Metropolitana ...	População (milhares de habitantes)	55,92	96,67	68,31
	Taxa de crescimento (%)	1,14	0,69	0,94
	Participação %	56,97	43,03	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Elaboração de Modelos e Tendências.

Conforme Tosi (1989, p.36-7),

"(...) a desnutrição das crianças é o primeiro sintoma para se saber até que ponto um país está passando fome. De cada mil crianças que nascem no Brasil, 75 morrem antes de completar um ano de idade, em geral a partir de doenças contraídas em função da desnutrição. E as áreas de maior incidência de desnutrição são nos cinturões de miséria das grandes cidades".

O autor afirma também que de cada grupo de cinco crianças que morrem de fome no continente latino-americano três são brasileiras.

No Brasil, o crescimento demográfico urbano ocorreu tanto pela migração intra-regional (no interior da mesma região), como inter-regional (de uma região para outra). Entre 1970 e 1980, segundo Menezes e Gonçalves (Menezes & Gonçalves, 1986, p.18), um terço da população brasileira perambulou de um lado para outro, formando um contingente de 40 milhões de pessoas. No mesmo período, saíram do Rio Grande do Sul 909.258 pessoas, dirigiram-se para o Paraná (42,2%) e Santa Catarina (33%), e o restante, para outros estados. As causas principais do êxodo dos gaúchos foram entre outras: a expansão das monoculturas, principalmente a soja, da agroindústria e da modernização do campo. Esta última acarretou uma pressão demográfica sobre a pequena propriedade, sem capacidade de prover o sustento do pequeno proprietário rural (Menezes & Gonçalves, 1986, p.37 e 41).

A concentração fundiária demonstra o aniquilamento da pequena propriedade. Observando-se a Tabela 11, verifica-se que os 5% das maiores explorações controlavam 68,7% da superfície agrícola em 1975, passando, em 1980 e 1985, para 69,7% e 69,2% respectivamente. Enquanto isso, na área ocupada pelo grupo dos 50% estabelecimentos menores, os mesmos exploravam conjuntamente apenas 2,5% da superfície agrícola em 1975; 10 anos após, esse percentual se reduz ainda mais, pois representa 2,2% de toda a área ocupada.⁶

As mudanças nas condições de posse e propriedade da terra nada trouxeram de benefícios aos agricultores e trabalhadores rurais, não restando outra alternativa do que migrar para fugir da fome e das péssimas condições de infra-estrutura social, já seculares no meio rural brasileiro.

⁶ O nível de concentração da propriedade da terra no Brasil, em 1980, superava o dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, da Argentina, do Uruguai, do Chile e, inclusive, de países pobres e populosos como a Índia e o Paquistão (Retr. BR., 1984, p.64).

Tabela 11

Distribuição da terra entre os estabelecimentos agropecuários,
no Brasil — 1975, 1980 e 1985

DISCRIMINAÇÃO	1975	1980	1985
Estabelecimentos com declaração de área (milhões)	5,0	5,2	5,8
Área total (milhões de ha)	323,1	369,6	376,3
Área ocupada pelos 5% maiores (milhões de ha)	222,0	257,6	260,4
Área ocupada pelos 50% menores (milhões de ha)	8,1	8,9	8,3

FONTE: SAMPAIO, Plínio de Arruda & SILVA, José Graziano da (1987/8).
A questão agrária no Brasil: o que realmente mudou nos anos
80/85? **Reforma Agrária**, Campinas, ABRA, 17(3):12, dez./mar.

Além da migração em direção à fronteira agrícola, as áreas metropolitanas representaram os maiores pólos de atração (Menezes & Gonçalves, 1986, p.46). As cidades pertencentes a cada região metropolitana cresceram mais do que a própria capital. Esse fenômeno é conhecido pelos analistas por periferização, ou seja, ocorre um prolongamento da área metropolitana, trazendo conseqüências nocivas à saúde do trabalhador, como, por exemplo, aumento do tempo de transporte, maior desgaste físico-mental, etc. (Menezes & Gonçalves, p.49 e 51).

Uma das formas de melhorar as condições de vida no setor rural, bem como de diminuir a pressão demográfica sobre as cidades, é a reforma agrária. O Governo Sarney, ainda que tenha proposto um Plano de Reforma Agrária para o País, executou (informações obtidas entre 15.03.85 e 11.10.89) apenas 10% da meta, e, mesmo assim, os "(...) 80% dos assentamentos (...) ocorreram em áreas já ocupadas por invasores ou posseiros" (FSP, 15.10.89, p.A-7). No caso do Rio Grande do Sul, a situação não se diferencia do restante do País. Aqui, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na sua fase mais recente, participou de 20 ocupações, conseguindo pressionar para o assentamento de 1.500 famílias, desde a histórica

invasão iniciada em 7 de setembro de 1979 em uma área de Encruzilhada Natalino (ZH, 27.8.89, p.48).

Para Silva (1987, p.56), a reforma agrária no País assume um caráter nitidamente social. Ele afirma que

"(...) a luta pela Reforma Agrária independe de ela ser necessária ou não — ou até mesmo funcional ou não — ao regime capitalista. A luta pela terra é a luta pela sobrevivência, não apenas da pequena produção, mas também, no caso brasileiro, de uma imensa maioria de despossuídos que o desenvolvimento capitalista não consegue mais incorporar produtivamente".

Análise dos indicadores sócio-econômicos do Brasil

As anotações sobre a situação social brasileira nos anos 80, vista até aqui, são uma demonstração cabal da iniquidade e exploração por que passa a sociedade.

Para confirmar a exclusão dos amplos setores da população dos benefícios sociais mínimos, torna-se importante finalizar a análise dessa realidade apontando alguns indicadores sócio-econômicos do Brasil, publicados recentemente no relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) intitulado: **Situação Mundial da Infância 1989**.

O UNICEF (1989) elegeu como o melhor indicador social do desenvolvimento de um país a Taxa de Mortalidade de Menores de 5 Anos (TMM5) (entre cada 1.000 nascidos vivos). O Brasil (onde 87 crianças morriam antes de completar cinco anos em 1987) está em 67º lugar na tabela da mortalidade infantil mundial entre os 131 países pesquisados.

O estudo do UNICEF (1989, p.74), para poder melhor avaliar o bem-estar econômico — caso se queira redirecionar o desenvolvimento para os grupos mais pobres —, construiu o indicador Produto Nacional Bruto (PNB) "per capita" dos 40% mais pobres em 46 nações (24 em desenvolvimento, 22 industrializadas) para o ano de 1985. Além dessa informação, quantificou qual a proporção do PNB total que é acrescida aos 40% domicílios mais pobres. O Brasil ficou em último lugar, quando focado sob esses parâmetros. Para exemplificar, verifica-se que no Brasil (US\$ 1.640), com um PNB "per capita" superior ao da Costa Rica (US\$ 1.290), os 40% mais pobres de sua população têm um PNB "per capita" menor, ou seja, a Costa Rica com US\$ 387, e o Brasil com US\$ 287. A proporção do PNB "per capita" acrescida aos 40% domicílios mais pobres no Brasil é tão-somente de 7%, enquanto na Costa Rica é quase o dobro, ou seja, 12%.

A Taxa de Mortalidade de Menores de 1 Ano (TMM1) (entre cada 1.000 nascidos vivos), em 1987, era de 18% na Costa Rica e de 64% no Brasil.

A mortalidade infantil brasileira entre 1960 e 1987 caiu pela metade, graças à melhoria dos serviços de saúde e saneamento básico, entretanto muito ainda deve ser realizado para alcançar a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 20 mortes em cada 1.000 crianças nascidas.

O percentual da população com acesso à água potável⁷ entre 1980 e 1987, no Brasil, foi de 77%, enquanto para Costa Rica foi de 91%.

As crianças imunizadas, em 1986-87, com três doses de vacinas triplíce DPT (difteria, coqueluche, tétano) corresponderam aos seguintes percentuais: Costa Rica 91% e Brasil 57%. A imunização contra a tuberculose (68%) e sarampo (55%) no Brasil ainda é muito pequena, tendo melhorado significativamente a cobertura contra a pólio (90%).⁸

Nos anos de recessão econômica no Brasil (1981 a 1984), a população foi seriamente atingida, inclusive ocorreu uma reversão da queda da mortalidade infantil. Os dados do UNICEF (1989, p.31) mostram que os grupos mais pobres suportaram a crise econômica. A TMM 1 aumentou, em 1983 e 1984, nas Regiões Norte e Nordeste. O UNICEF estimou em 60.000 o número de crianças no Brasil que foram vítimas diretas dos efeitos da recessão dos anos 80 (Senhor, 1988, p.42).

A esperança de vida ao nascer, em 1987, era de 75 anos na Costa Rica e de 65 anos no Brasil.

A taxa de alfabetização de adultos (porcentagem de indivíduos maiores de 15 anos capazes de ler e escrever), em 1985, era de 93% na Costa Rica e de 74% no Brasil. O número de analfabetos no Brasil, em 1988, conforme o IBGE, chegou a 19,8 milhões, o que representava 18,5% do total da população (FSP, 2.11.89, p.D-3).

A porcentagem de matriculados na 1ª série que concluíram o 1º grau entre 1980 e 1986 era de 75% na Costa Rica e de apenas 20% no Brasil. Esse dado coloca de frente a questão da exclusão social no País. Muitas crianças são obrigadas a abandonar a escola (evasão escolar) por neces-

⁷ O acesso à água potável é fundamental, pois, segundo a OMS, 80% das doenças que ocorrem no Mundo estão associadas à água.

⁸ No Rio Grande do Sul, a imunização das crianças com menos de um ano de idade, em 1986, foi a seguinte: pólio 86,5%, vacina triplíce 86,5% e sarampo 83,8%.

sidade de trabalho⁹, muitas delas simplesmente não têm condições físicas e psíquicas para acompanhar os estudos.

Um indicador que avalia as condições nutricionais da população é o "suprimento calórico diário 'per capita', como porcentagem das necessidades". Quanto a esse indicador, em 1985, Costa Rica mantinha um índice de 118, ou seja, tinha um suprimento calórico 18% superior ao necessário, e o Brasil, de 107.

O Brasil, ainda que apresente um suprimento calórico "per capita" que supere em 7% as necessidades básicas, possui níveis de pobreza e de desnutrição muito elevados entre sua população. A origem é o modelo econômico que, como já foi demonstrado, tem levado à concentração da renda e à redução do valor dos salários, em especial do salário mínimo.

Pesquisa realizada na Cidade de São Paulo, pólo gerador da riqueza nacional, sobre as condições de saúde e de nutrição das crianças (1984-85) verificou que 25,9% delas são desnutridas (FSP, 18.10.89, p.B-5).¹⁰ A nível de Brasil, a desnutrição atinge 53% das crianças (12 milhões de pessoas) e é um dos fatores que leva à debilitação e à morte de crianças com idade inferior a cinco anos (Prob. Bras., 1989, p.8).

Dados do IBGE sobre produção agrícola e crescimento demográfico mostram a dramaticidade da situação alimentar. Os gêneros alimentícios destinados ao mercado interno, no período entre 1970 e 1985, como arroz, feijão, batata-inglesa, carne bovina, mandioca e banana, cresceram bem menos que a população do País. Por outro lado, a produção mais voltada para o mercado externo - cacau, laranja e soja - teve intenso crescimento no período (FSP, 18.10.89, p.B-5).

O presente texto, como tantos outros elaborados sobre a situação social brasileira, confirma a necessidade de mudanças sócio-econômicas para minorar as desigualdades. Para isso, somente as forças políticas em jogo no seio da sociedade poderão apontar uma solução, pois a Nação brasileira já deu mostra suficiente que consegue gerar riquezas, basta agora encaminhar uma forma de melhor distribuí-la.

⁹ "Segundo o IBGE, da população entre 0 e 17 anos, cerca de 57 milhões de jovens e crianças, 85% pertencem a famílias cuja renda 'per capita' não ultrapassa dois salários mínimos (...). Não é por acaso que 30% das crianças entre 10 e 17 anos já integram o mercado de trabalho e portanto dividem seu tempo de estudo com um emprego para ajudar na própria sobrevivência" (FSP, 10.10.89, p.B-3).

¹⁰ Em Porto Alegre, 40% das crianças de primeira série das escolas municipais são desnutridas (ZH, 26.10.89, p.2).

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1989). Direitos sociais, organização de interesse e cooperativismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (25):50-60, out.
- ARRUDA, Marcos (1988). A dívida externa: empobrecimento e submissão. **La Voz do Chile**. /s.n.t./.
- CASADO, José (1989). Quem controla a renda e a economia. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27/29 maio. p.1.
- A ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS PERSPECTIVAS (1989). Rio de Janeiro, APEC, v.28. 272p.
- FOLHA DE SÃO PAULO (10.10.89). Educação caminha para o total sucateamento. São Paulo. p.B-3.
- ___ (18.10.89). Em SP 25,9% das crianças são desnutridas. São Paulo. p.B-5.
- ___ (15.10.89). Governo executa 10% do Plano de Reforma Agrária. São Paulo. p.A-7.
- ___ (2.11.89). IBGE revela queda no índice de analfabetismo. São Paulo. p.D-3.
- ___ (2.11.89). Mais brasileiros ganham menos que um mínimo. São Paulo. p.C-10.
- ___ (18.10.89). Produção de alimento cresce menos que a população. São Paulo. p.B-5.
- ___ (12.10.89). Setor informal cresce à margem do poder público. São Paulo. p.B-6.
- GONZALEZ, Gustavo (1988). A dívida social é mais grave expressão da crise. **Diário do Sul**, Porto Alegre. 16 maio. p.10.
- HENRIQUES, Maria Helena et alii (1989). Adolescentes de hoje, pais do amanhã: Brasil. New York, The Alan Guttmacher Institute.
- INDICADORES ECONÔMICOS RS (1988). Porto Alegre, FEE, v.16, n.2, set.
- JAGUARIBE, Hélio et alii (1986). **Brasil 2000: para um novo pacto social**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 196p.
- JOCKYMAN, Vinícius (1989). Assistencialismo a lumpesinato. **RS**, Porto Alegre. 10/11 jun. p.25.
- MENEZES, Marilda Aparecida & GONÇALVES, Alfredo José (1986). **Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo, Paulinas. 82p.

- MÜLLER, Geraldo (1986). O não direito do não cidadão. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (15):44-5, jul.
- NAKANO, Yoshiaki (1989). A difícil travessia. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 4 nov. p.A-3.
- NUNES, Edison (1986). Crise econômica e movimentos urbanos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, Porto Alegre, 17-18 jul. Porto Alegre. 34p.
- OLIVEIRA, Francisco de (1985). Além da transição, quem da imaginação. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (12):2-15, jun.
- ONU (1989). **La dinamica del deterioro social en America Latina y el Caribe en los años ochenta**. San José/Costa Rica. 56p.
- ___ (1985). **La pobreza en America Latina: dimensiones y politicas**. Santiago de Chile. 161p. (Estudios e Informes de la CEPAL).
- ___ (1989a). **Resumen del estudio economico de America Latina y el Caribe 1988**. /s.n.t./ (cópia xerox).
- PROBLEMAS BRASILEIROS (1989). Não seria genocídio? São Paulo, v.26, n.273, maio/jun. p.8-9.
- RESENHA ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL (1989). Porto Alegre, FEE. 32p.
- RETRATO DO BRASIL (1984). Democracia e luta popular. Rio de Janeiro, Política. v.3. p.211-5.
- ___ (1984a). Política e posse da terra. Rio de Janeiro, Política. v.3. p.61-6.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão Especial pela Recuperação do Rio Grande do Sul (1986). **Relatório parcial**. Porto Alegre. 41p.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda & SILVA, José Graziano da (1987/8). A questão agrária no Brasil: o que realmente mudou nos anos 80/85? **Reforma Agrária**, Campinas, ABRA, 17(3):11-9, dez./mar.
- SCHVATZ, Carlos (1988). John Kenneth Galbraith: especulação é ameaça ao sistema produtivo. **Diário do Sul**, Porto Alegre. 18 jul. p.6.
- SENHOR (1988). Imagine se não fosse o 8º PIB. São Paulo, n.375, 2 maio. p.42-3.
- SILVA, José Graziano da (1987). Mas qual reforma agrária? **Reforma Agrária**, Campinas, ABRA, 17(1):11-60, abr./jul.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. & TOTINI, Maira Elizabeth (1989). **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo, Ática. 288p.

TOSI, Juarez (1989). A tragédia do século: um exército de esfomeados. **Zero Hora**, Porto Alegre, RBS. 15 out. p.36-7.

UNICEF (1989). **Situação mundial da infância 1989**. Brasília. 115p.

VEJA (1989). Os dois Brasis. Rio de Janeiro, v.22, n.43, 1º nov. p.36-43.

ZERO HORA (26.10.89). Desnutrição e fome. Porto Alegre, RBS. p.2.

___ (28.4.89). Mais rigor com as greves. Porto Alegre, RBS. p.2-3, cad. especial.

___ (27.8.89). Movimento dos sem terra prepara festa. Porto Alegre, RBS. p.48.

___ (12.9.89). Um relatório da ONU alerta sobre a expansão da pobreza. Porto Alegre, RBS. p.17.